



22^a Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo

CONTABILIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS

PALESTRANTE: DEMÉTRIO COKINOS



OBJETIVOS

- Discutir aspectos sobre as principais mudanças ocorridas na contabilidade brasileira das pequenas e médias empresas, antes e após aprovação das normas publicadas pelo CFC.
- Sensibilizar os profissionais que atuam nesse segmento sobre a necessidade de aprimoramento.

JUSTIFICATIVA

Inovações no cenário brasileiro e internacional

FUNDAMENTAÇÃO

- Mudanças ocorridas na legislação
- Novas práticas contábeis (IFRS – PMEs introduz novos conceitos)
- Monitoramento crescente pelo Estado sobre a base de dados dos contribuintes com maior eficiência no controle das operações (online).
- Aumento da responsabilidade profissional
- Risco de continuidade do negócio
- Concorrência global

TÓPICOS PRINCIPAIS

1. O que é uma pequena empresa no Brasil?
2. Qual é a sua importância na economia do país?
3. Que prática contábil as PMEs devem adotar?
4. Entendendo as principais mudanças ocorridas.
5. Uma nova era de oportunidades e desafios a superar.

O que é uma pequena empresa no Brasil?

NO BRASIL O ENQUADRAMENTO PARA FINS FOI DEFINIDO PELA LEI GERAL 123/2006 (SIMPLES)

I - no caso das **microempresas**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das **empresas de pequeno porte**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta superior a R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais) **e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00** (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Projeto de Lei Complementar 591/10

No último dia 9 de agosto, a presidenta Dilma fechou acordo com a Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas para ampliação em 50% desses limites de R\$ 240 mil / R\$ 360 mil e de R\$ 2.400 mil para R\$ 3.600 mil e deverá ser aprovado.

PEQUENA EMPRESA PARA FINS SOCIETÁRIOS?

Lei n°11.638 de 28/12/2007 (alterou Lei 6404/76)

Estabelece no art. 3° Parágrafo único:

Considera-se de sociedade grande porte (SGP) para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais).

Abaixo desses limites se não reguladas são consideradas PMEs!

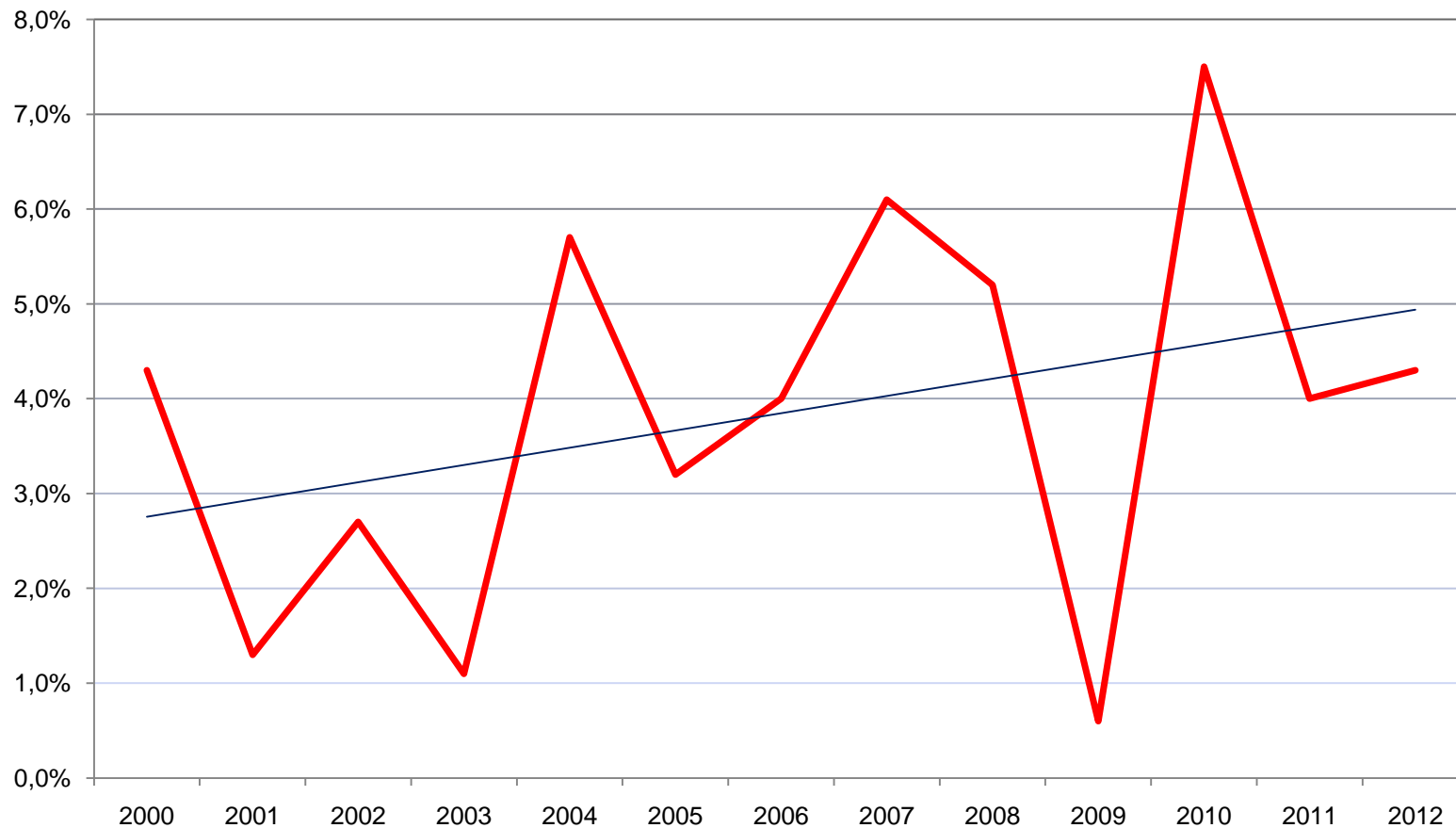
**Qual é a sua importância
para o país?**

PIB MUNDIAL – BRASIL VEM CRESCENDO

Posição	País	PIB (milhões de US\$, 2010)
--	Mundo	61,963,429
--	União Europeia	16,106,896
1	Estados Unidos	14,624,184
2	China	5,745,133
3	Japão	5,390,897
4	Alemanha	3,305,898
5	França	2,555,439
6	Reino Unido	2,258,565
7	Itália	2,036,687
8	Brasil	2,023,528
9	Canadá	1,563,664
10	Rússia	1,476,912

O PIB do Brasil no ano de 2010, em valores correntes, foi de R\$ 3,675 trilhões (crescimento de 7,5 % sobre o ano de 2009).

EVOLUÇÃO DO PIB BRASILEIRO



A IMPORTÂNCIA DO BRASIL CRESCE NO CENÁRIO MUNDIAL

O Brasil integra o G20 com Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália, Japão, Rússia África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Turquia e União Européia.

Esses países membros representam cerca de 90% do produto nacional bruto mundial e 80% do comércio internacional, cerca de dois terços da população do planeta.

Nosso país faz parte do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China)

Apesar das recentes turbulências, hoje a economia do país está mais robusta e preparada para enfrentar as crises na Europa e nos USA.

PARTICIPAÇÃO NO PIB

- O país tem 5,2 milhões de PMEs formais que contribuem com 20% do PIB e 61% dos empregos na economia.
- Na União Européia são 21 milhões e nos USA 20 milhões.

CRESCIMENTO

Levantamento recente do Sebrae prevê que até **2015 haverá um crescimento da ordem de 76%** e o Brasil pode chegar a **8,8 milhões** de micro e pequenas empresas.

De acordo com o estudo a distribuição deverá ser o seguinte:

Setor	Participação
Comércio	55%
Serviços	34%
Indústria	11%

MAIORES DIFICULDADES PARA O CRESCIMENTO

1. Acesso ao crédito bancário, principalmente em razão das garantias exigidas pelos agentes financeiros.
2. Falta de informação contábil de qualidade.
3. Baixa competência em gestão gerencial
4. Baixa qualificação da mão de obra
5. Baixa competitividade

Que prática contábil as PMEs devem adotar?

NOVAS NORMAS CONTÁBEIS PARA PMEs

- Em dezembro de 2009, o CFC, a partir da IFRS for SMEs do IASB aprovou a Resolução CFC n° 1.255/09 NBC T 19.41 de Contabilidade para Pequenas e Médias empresas considerando o Pronunciamento Técnico PME.
- A aplicação da norma entrou em vigor desde 1°/01/10.
- A NBC T 19.41 substituída pela Resolução n°1.329/11 que alterou a sigla e numeração para NBC TG 1000

ANTES

- Anteriormente ao processo de convergência das normas, a contabilidade das pequenas e médias empresas era baseada na legislação fiscal.
- Registros contábeis limitados a livro caixa.
- Contabilidade baseada em regras ao invés de princípios.
- A preocupação era tão somente com o reconhecimento da receita para efeito tributário, não se preocupava com o critério de reconhecimentos dos custos e despesas muito menos com as ocorrências dentro das empresas.

ANTES

- O Empresário não se preocupava com o resultado contábil do negócio.
- Os contadores viviam atolados de obrigações fiscais e na maioria da vezes a contabilidade era encerrada somente no fim do ano sem relatórios parciais.
- Não existia uma comparabilidade dos resultados e das variações patrimoniais das empresas.

RESOLUÇÃO CFC 1330 DE 18/03/2011

Objetivo

1. Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade.

Alcance

2. Esta Interpretação deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

RES. CFC 1330 DE 18/03/2011

Formalidades

3. A escrituração contábil **deve ser realizada com observância aos princípios de Contabilidade.**
12. A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises, demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e de **responsabilidade exclusivas do profissional da contabilidade** legalmente habilitado.
13. As demonstrações contábeis **devem** ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.

O Código Civil Lei 10.406/02 artigos 1179 a 1195, **prevê escrituração dos livros comerciais por contabilista habilitado levantamento anual do balanço e demonstração do resultado no Diário**, exceto para empresário individual com receita inferior ~~R\$ 36 mil~~. Deverá ser ampliado para R\$ 60 mil.

QUEM DEVE ADOTAR?

- (a) As empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas;
- (b) Aquelas que elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais e para usuários externos:
- Proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio;
 - Credores existentes e potenciais;
 - Agências de avaliação de crédito.
- (c) Que não são companhias abertas - CVM;
- (d) Que não são Sociedades de Grande Porte cf. na Lei nº 11.638/07 (Receita Bruta superior a R\$ 300 ou R\$ 240 milhões de Ativos).
- (e) Não são sociedades reguladas (BACEN, SUSEP, ANS, ANEEL, ANATEL)

QUEM PODE ADOTAR?

Empresas controladas cujas controladoras não sejam PMEs, **podem utilizar o CPC PME**, desde que não sejam obrigadas a prestação pública de contas por si mesma.

A entidade que se encaixa na definição de PME pode utilizar o CPC pleno, **porém, uma vez escolhido este método, deverá utilizá-lo em sua totalidade.**

OBJETIVO – INFORMAR COM QUALIDADE

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou em dezembro de 2009 a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com o objetivo de oferecer:

- Informação sobre posição financeira (**Balanco Patrimonial**),
- Desempenho (**Resultado Exercício/Resultado Abrangente**) e
- Fluxos de caixa da entidade (**Dem. dos Fluxo de Caixa**), que seja útil para tomada de decisão por vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios para atender suas necessidades particulares assim como a diligência da administração nos recursos a ela confiados.

QUADRO SINÓTICO DE APLICAÇÕES

POR TIPO SOCIETÁRIO – Demonstrações contábeis exigidas

APLICAÇÕES	SA - C.Aberto	SA -CF (GP)	SA-Cap.F (PL -R)	SA-Cap.F (PL -E)	LTDA (GP)	LTDA (PMP)
Escrituração BNC 1330/11	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Balanço Patrimonial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dem.Result./Abrangente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dem.Mutações do PL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dem.Fluxo Caixa	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Notas explicativas	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Dem.Vlr. Adicionado	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Auditoria	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Publicação	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Sujeita normas CVM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Sujeita normas CFC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sujeita fiscaliz.CVM	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

CONCEITOS E PRINCÍPIOS GERAIS

O que são Demonstrações Contábeis para fins gerais?

- São demonstrações direcionadas as necessidades de informações financeiras gerais de uma vasta gama de usuários, que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.
 - a) Investidores
 - b) Empregadores
 - c) Credores por empréstimos
 - d) Fornecedores e outros credores comerciais
 - e) Clientes
 - f) Governo e suas agências
 - g) Público

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

- Compreensibilidade
- Relevância e Materialidade
- Confiabilidade
- Primazia da essência sobre a forma
- Prudência
- Integridade
- Comparabilidade
- Tempestividade
- Equilíbrio entre custo e benefício

NORMAS CONTÁBEIS PARA PMEs

- As normas foram estruturadas em 35 Seções incluindo um Glossário de Termos;
- Algumas matérias do CPC para SGP da versão integral ainda não foram tratados no CPC-PMEs

Ex.: Lucro por ação, demonstrações intermediárias, informações por segmento, contratos de seguros

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DOS MÓDULOS/SEÇÕES DO CPC SOBRE CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CFC 1.255/2009, NBCT 19.41 E CPC PME

Seções do pronunciamento PME	NBCT IFRS	ASSUNTO	CPC
1,2,3,4,5,6	NBCT 01 NBCT 03 NBCT06 FRamework IAS 01	Pequenas e médias empresas, conceitos e princípios gerais e demonstrações contábeis	CPC 00,03,26
9,14,15	IAS 27 NBC T 19.36 NBC T 19.37 NBC T 19.38	Investimento em coligada e controlada, investimento em joint venture e demonstrações contábeis consolidadas	CPC 18,19,36
10,21	NBCT 19.11 NBCT 19.7 IAS 08 IAS 37	Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros e provisões, passivos e ativos contingentes	CPC 23 E CPC 25
11,12,22	IAS 39 NBC T 19.32 IAS 32 NBC T 19.33 IFRS 07 NBC T 19.34	Instrumentos financeiros e passivo e patrimônio líquido	CPC 38,39,40
13,24,25	NBCT 19.20 NBCT 19.4 NBCT 19.22 IAS 02 IAS 20 IAS 23	Estoques, Subvenção governamental e custos de empréstimos	CPC 16,07,20
16,17,18	NBCT 19.26 NBCT 19.1 NBCT 19.8 IAS 40 IAS 16 IAS 38	Propriedade para investimento , imobilizado, e intangível	CPC 28,27,04

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DOS MÓDULOS/SEÇÕES DO CPC SOBRE CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CFC 1.255/2009, NBCT 19.41 E CPC PME

Seções do pronunciamento PME	NBCT IFRS	ASSUNTO	CPC
19,27	NBCT 19.23 NBCT 19.10 IFRS 03 IAS 36	Combinação de negócios e redução ao valor recuperável	CPC 15,01
23,26,29	IAS 18 NBC T 19.30, NBC T 19.2 NBC T 19.15	Receitas, pagamento baseado em ações e tributos sobre o lucro	CPC 30,10,32
20,28	NBCT 10.2, NBC T 19.31 IAS 17	Arrendamento mercantil e benefícios a empregados	CPC 06,33
30,31	NBCT 07 IAS 21	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, hiperinflação	CPC02
32,33,34	NBCT 19.12 NBCT 17 NBCT 19.25 IAS 10 IAS 24 IFRS 08	Evento subsequente, divulgação sobre partes relacionadas e atividades especializadas	CPC 24,05,22
35	IFRS 01	Adoção inicial desse pronunciamento	13,37

SIMPLIFICAR E FACILITAR O PROCESSO DE CONTABILIZAÇÃO

As empresas obrigadas a aplicar as normas contábeis completas devem analisar os 43 pronunciamentos do CPC-IFRS publicados em quase 2900 páginas.

As pequenas e médias empresas ao adotarem o CPC-PME tem de forma simplificada o pronunciamento do CPC-IFRS descrito em 223 páginas, equivalente a menos de 10% da versão integral.

VANTAGENS NA ADOÇÃO DA CONTABILIDADE PARA PMEs?

- Acesso a fontes de financiamentos;
- Propicia comparabilidade melhor;
- Melhor a qualidade da informação.

Entendendo as principais mudanças ocorridas.

- As recentes alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 objetivam a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais contábeis editadas pelo IASB, para tanto foram removidas da legislação em vigor até então possíveis obstáculos a essa harmonização.

FALTA DE LEGISLAÇÃO CONTÁBIL PARA PMEs

- Até dezembro de 2009 não existia uma legislação específica de contabilidade para pequenas e médias empresas. Por analogia adotavam-se as regras contábeis previstas na Lei Sociedades Anônimas n° 6404/76 incluindo os métodos e critérios de escrituração.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELAS LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

- **Da escrituração Contábil (art. 177):**
 - Dos princípios contábeis;
 - Do regime de competência
 - Das normas internacionais;
 - Da assinatura das demonstrações;
 - Dos ajustes contábeis que devem ser eliminados para fins de apurações fiscais

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

1. Classificação do Ativo e do Passivo em “Circulante” e “Não Circulante”;
2. Extinção do grupo Ativo Permanente;
3. Criação do subgrupo “Intangível” no grupo do Ativo Não Circulante;
4. Imobilizado contempla os bens decorrentes de operações que transfiram a companhia os benefícios, riscos e controles.
5. Registro, no ativo e passivo dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing);
6. Redução do Ativo ao Valor Recuperável (Impairment Test)
7. Eliminado Ativo Diferido (ou manter amortização final)

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

8. Extinção do grupo Resultados de Exercícios Futuros;
9. Criação do Ajuste de Avaliação Patrimonial (avaliação do Ativo/Passivo a Valor Justo)
10. Eliminadas as Reservas de Capital e de Subvenções de Investimentos/Doações;
11. Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos (exceto na adoção inicial - deemed cost)
12. Vedado Lucros acumulados no balanço
13. Classificação de Ações em Tesouraria no PL
14. Cria a Reserva de Incentivos Fiscais
15. Nova base para Reservas de Lucros a Realizar

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

15. Avaliação do Ativo usando o critérios de valor justo
16. Ajuste a valor presente (AVP) sobre operações de longo prazo
17. DRE elimina a expressão “receita ou despesa não operacional”
18. Altera a definição de coligadas e o método de equivalência patrimonial;
19. Escrituração contábil separação da contabilidade fiscal (ajustes/RTT)
20. Substituição da DOAR / Demonstrativo de Fluxo de Caixa DFC
21. Criação Demonstração do Valor Adicionado DVA (só para CVM)
22. A ordem e o formato das contas não é exigida pela norma, mas pela legislação vigente
23. Notas explicativas passam a ser melhor detalhadas

NOVA ESTRUTURA DE CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
1 ATIVO	2 PASSIVO
1.1 ATIVO CIRCULANTE	2.1 PASSIVO CIRCULANTE
1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1 Realizável a Longo Prazo	
1.2.2 Investimentos	2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.2.3 Imobilizado	2.3.1 Capital Social
1.2.4 Intangível	2.3.2 Reservas de Capital
	2.3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial
	2.3.5 Reserva de Lucros
	2.3.6 Ações em Tesouraria
	2.3.7 Prejuízos Acumulados

Art. 178

BALANÇO PATRIMONIAL - PERMANENTE

Redação anterior

ATIVO PERMANENTE,
dividido em:

- investimentos
- ativo imobilizado e
- ativo diferido.

Redação atual

ATIVO PERMANENTE,
dividido em:

- investimentos
- ativo imobilizado
- **ativo intangível** e
- ativo diferido (até liquidar)

Art. 178

BALANÇO PATRIMONIAL – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Redação anterior

Patrimônio líquido, dividido em:

- capital social,
- reservas de capital
- reservas de reavaliação,
- reservas de lucros e
- lucros ou prejuízos acumulados.

Redação atual

Patrimônio líquido, dividido em:

- capital social,
- reservas de capital,
- **Ajustes de aval. patrimonial,**
- reservas de lucros,
- **ações em tesouraria e**
- prejuízos acumulados.

O TRATAMENTO CONTÁBIL PARA PME

1. Detalha a adequada apresentação das Demonstrações Contábeis para PME
2. A periodicidade é Anual e de forma Comparativa
3. O regime para lançamentos no livro diário é o de competência;
4. Conteúdo das Demonstrações Contábeis obrigatórias;
5. Balanço Patrimonial – BP;
6. Demonstração de Resultado – DR (deve separar as operações continuadas das descontinuadas);
7. Demonstração do Resultado Abrangente – DRA também ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das Mutações do PL);
8. Demonstração das Mutações do P. Líquido – DMPL;
9. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
10. Notas Explicativas (detalhadas)
11. Declaração explícita que as DCs estão em conformidade com as normas de PME (quando não aplicar um requisito deve divulgar o fato)
12. Desobrigada de elaborar DVA Demonstrativo do Valor Adicionado

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica, como apresentado nessa demonstração da posição patrimonial e financeira.

Eles são definidos da seguinte maneira:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Passivo é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos.

Patrimônio líquido é o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

4.2 O Balanço Patrimonial deve incluir, no mínimo, as seguintes contas que apresentam valores:

- (a) **caixa e equivalentes de caixa;**
- (b) contas a receber e outros recebíveis;
- (c) ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a), (b), (j) e (k));
- (d) estoques;
- (e) ativo imobilizado;
- (f) propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio do resultado;
- (g) ativos intangíveis;
- (h) **ativos biológicos, mensurados pelo custo menos deprec. ac. e perdas por desvalorização;**
- (i) **ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado;**
- (j) **investimentos em coligadas. No caso do balanço individual ou separado, também os investimentos em controladas;**
- (k) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto;
- (l) fornecedores e outras contas a pagar;
- (m) passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p));
- (n) passivos e ativos relativos a tributos correntes;
- (o) **tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulantes);**
- (p) Provisões;
- (q) participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora;
- (r) patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora.

Mudam os critérios de mensuração de ativo, passivo, receita e despesa

- É o processo de determinar as quantias monetárias pela quais a entidade mensura ativos, passivos, receitas e despesas nas suas demonstrações contábeis.

Bases para mensuração:

- **Custo histórico (continua como base de registro inicial)**
- **Valor justo**

VALOR JUSTO

- É o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento no negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimentos.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

O desempenho financeiro deve ser apresentado em duas demonstrativos contábeis:

- DRE - Demonstração do Resultado do Exercício
- DRA - Demonstração do Resultado Abrangente

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Receita é um aumento de patrimônio líquido que se origina no curso das atividades normais da entidade. Aumenta o Ativo ou diminui o Passivo, com exceção daqueles relativos a contribuições de capital feitas por proprietários.

Despesa é uma redução do patrimônio líquido que surge no curso das atividades normais da entidade. Diminui o Ativo ou aumenta o Passivo, com exceção daqueles relativos a contribuições de capital feitas por proprietários.

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31/Dez/X1
= + Receitas sem impostos	7.700
- Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos	-4.340
= Lucro bruto	3.360
- Despesas com vendas, gerais, administrativas	-840
- Outras despesas e receitas operacionais	2.520
+ - Resultados de equivalência patrimonial	560
= Resultado antes das receitas e despesas financeiras	5.600
- Despesas financeiras	-210
+ Receitas financeiras	35
= Resultado das operações continuadas antes dos tributos sobre o lucro	5.425
- Despesa com tributos sobre o lucro	-1.260
1 = Resultado das op. continuadas após tributos sobre o lucro	4.165
+ - Resultado líquido das operações descontinuadas	-840
- + Tributos sobre resultados das operações descontinuadas	175
2 = Resultado das operações descontinuadas após os tributos sobre lucros	-665
1 + 2 = 3 Resultado líquido do período	3.500

DRE APRESENTAÇÃO MÍNIMA

Receitas

(-) CPV / CMV / CSV

= Lucro Bruto

(-) Despesas com vendas

(-) Despesas gerais

(-) Despesas administrativas

(-/ +) Outras despesas e receitas operacionais

(-/ +) Resultado da Equivalência Patrimonial

DRE APRESENTAÇÃO MÍNIMA

= Resultado antes das receitas e despesas financeiras

(-/ +) Despesas e receitas financeiras

= Resultado antes dos tributos sobre lucros

(-) Despesa com tributos sobre lucros

= Resultado das operações continuadas

(-/ +) Resultado líquido das operações descontinuadas

= Resultado líquido do período

RECONHECIMENTO:

➤ For provável que algum benefício econômico futuro referente ao item flua para ou da entidade;

e

➤ Tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis.

DRA – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- Demonstra as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido que não sejam decorrentes de operações com sócios (capital e dividendos) nem ajustes de exercícios anteriores.

DRA – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total	Resultado Abrangente
Saldos iniciais	1.000	80	300	-	270	1.650	-
Ajustes instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(40)	(40)	(40)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	170	170	170
Capitalização de reservas	150	(50)	(100)	-	-	-	-
Integralização de capital	350	-	-	-	-	350	-
Lucro líquido do período	-	-	-	250	-	250	250
Constituição de reservas	-	-	-	(140)	-	(140)	-
Dividendos	-	-	-	(110)	-	(110)	-
Saldos finais	1.500	30	200	-	400	2.130	380

Fonte: CPC PME NBC TG 1000

Prof. José Hernandez Perez Junior

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em Milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	31/3/2011	31/3/2010
LUCRO LÍQUIDO		1.367	1.138
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(139)	(19)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação		(74)	-
Variação de Valor Justo		(136)	(29)
Efeito fiscal		72	10
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		17	(32)
Hedge de fluxo de caixa		23	(7)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação		26	-
Variação de Valor Justo		9	(11)
Efeito fiscal		(12)	4
Total do Resultado Abrangente		1.268	1.080
Resultado Abrangente Atribuível a Participação dos Acionistas Controladores		1.161	963
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		107	117

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

OBJETIVO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fornecer informações sobre:

- as modificações na sua posição financeira

(Demonstração dos Fluxos de Caixa)

- Fluxo de caixa e equivalentes de caixa das atividades:
 - operacionais
 - de investimentos
 - de financiamentos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: numerário em mãos, depósitos bancários disponíveis, aplicações de curto prazo (90 dias da aplicação), de alta liquidez.

Atividades operacionais: recebimentos em dinheiro pela venda de bens e serviços e pagamentos a fornecedores, a empregados, impostos, seguradores...

Atividades de investimentos: aquisição e venda de instrumentos financeiros e ativos não circulantes (Investimentos, Imobilizado e Intangível)

Atividades de financiamentos: variações no patrimônio líquido (sócios = capital e lucros) e empréstimos e financiamentos.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa Proveniente das:

1 - atividades operacionais (método direto ou indireto)

2 - atividades de investimentos

3 - atividades de financiamentos

1 + 2 + 3 = aumento ou redução de caixa

+ saldo inicial de caixa e equivalentes

= saldo final de caixa e equivalentes

Demonstração de Fluxos de Caixa **R\$**

Método Direto

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Recebimentos de clientes 30.150

Pagamentos a fornecedores, empregados e outros (27.600)

Caixa gerado pelas operações 2.550

Juros pagos (270)

Imposto de renda e contribuição pagos (900)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais **1.380**

Demonstração de Fluxos de Caixa	R\$
Método indireto	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	3.350
Ajustes por:	
Depreciação	450
Perda cambial	40
Renda de investimentos	(500)
Despesas de juros	400
	3.740
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(500)
Diminuição nos estoques	1.050
Diminuição em contas a pagar - fornecedores	(1.740)
Caixa gerado pelas operações	2.550
Juros pagos	(270)
Imposto de renda e contribuição pagos	(900)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.380

Fluxos de caixa das atividades de investimentos	R\$
Compra de investimentos	(550)
Compra de imobilizado	(350)
Recebido pela venda de imobilizado	20
Juros recebidos	200
Dividendos recebidos	200
<u>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</u>	<u>(480)</u>

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	R\$
Recebido pela venda de ações da companhia	500
Recebido por empréstimos a longo prazo	250
Pagamento de empréstimos	(1.340)
Dividendos recebidos	(200)
<u>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</u>	<u>(790)</u>

Demonstração dos fluxos de caixa	R\$
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.380
Caixa proveniente das atividades investimento	(480)
<u>Caixa proveniente das atividades financiamento</u>	<u>(790)</u>
Aumento líquido ao caixa e equivalentes de caixa	110
<u>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</u>	<u>120</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</u>	<u>230</u>

Uma nova era de oportunidades e desafios a superar

NA ERA DIGITAL

Três grandes projetos da RFB:

- Escrituração Contábil Digital
- Escrituração Fiscal Digital e a
- NF-e Ambiente Nacional.



Em produção o projeto EFD-PIS/COFINS.

Em estudo: e-Lalur, EFD-Social e a Central de Balanços.

- *Estar mais atento na conciliação entre os dados fiscais x contábeis.*
- *Cuidado nos escolha dos históricos padrão usados.*
- *O sped contábil substituiu o livro diário.*
- *O sped fiscal deverá substituir o registro de entradas e saídas.*

AUMENTA A RESPONSABILIDADE DO CONTADOR

- Profissional: CFC - Lei 12.249/10 Art. 76
- **Conseqüência: Sujeição às penalidades de ordem disciplinar e ético (multa, advertência, censura, suspensão do exercício da profissão e baixa do registro).**
- Decreto-Lei 9.295/46 artigos 2º, 6º, 12º, 21º, 22º, 23º e 27º
- Civil: Código Civil – Art. 1.177 (Profissional)
- Criminal: Código Penal, Lei 8.137/90 (Crimes fiscais)
- Lei 11.101/2005 (Lei de Falências)
- Lei 7.492 (Crimes do colarinho branco).

DESAFIOS

O novo cenário contábil brasileiro demandará de profissionais qualificados e alinhados com as novas regras, exigindo alto nível de conhecimento e conseqüente valorização profissional.

Por outro lado, o mercado saberá reconhecer serviços de agregam valor, com elevado padrão de qualidade e que assegurem segurança nas tomadas de decisão e saberá remunerar esse diferencial.

ESTRATÉGIAS:

- Fugir da vala comum (foco fiscal) maior concorrência, vida curta;
- Estar permeável a mudanças (novas práticas IFRS vieram para ficar é uma questão de tempo);
- Investir em treinamento, capacitação em informática, qualidade;
- Aprimoramento dos controles internos x registros contábeis;
- Aplicar critérios mais seletivos na aceitação e manutenção de clientes.

BENEFÍCIOS:

- Menor concorrência, vida longa;
- Bancos querem esse filão de mercado num futuro próximo
- Segmento em expansão contínua nos próximos anos (2030).
- Menor risco e perdas financeiras.
- Melhor remuneração de honorários.
- Valorização da profissão e imagem do contabilista.

POTENCIAL DE MERCADO HOJE

407 mil

(Técnicos + Contadores registrados CFC)

70 mil

(empresas contábeis cf. CFC)

20 milhões de negócios

(5 milhões regularizados e 15 milhões de informais estimados)

Equivale =

- 50 empresas para cada contabilista (técnico ou contador)
- 135 empresas para cada contador (bacharel de contabilidade)

HORA DA LARGADA - 2010



Onde você quer estar para ter chances de vencer?

TENHO VISÃO E PLANEJAMENTO CERTO?



Momento de decisão – para onde seguir?



Informação correta vale muito!

A escolha certa representa ...

VITÓRIA



Obrigado!

e-mail: demetrio.cokinos@sescon.org.br

Fontes usadas:

Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas CFC 1ª. Edição - 2010
Comentários às Novas Regras Contábeis Brasileiras, Odair Reis Azevedo 4ª. Ed. IOB
CPC PME NBC TG 1000 – Prof. José Hernandez Perez Junior; e outras informações de uso público
divulgadas na internet”